

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Concurso Público

Aplicação: 29.9.2007

Cargo: Técnico de Controle Externo
Área: Apoio Técnico e Administrativo
Especialidade: Técnica Administrativa



Caderno **BRAVO**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno BRAVO — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém CEM itens, correspondentes às provas objetivas de conhecimento básicos (P₁) e de conhecimentos específicos (P₂), corretamente ordenados de 1 a 100, seguidos das provas discursivas de conhecimentos básicos (P₃) e de conhecimentos específicos (P₄) acompanhadas de espaços para rascunho.
- 2 Os espaços para rascunho são de uso opcional, não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso, cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos das provas discursivas para o caderno de textos definitivos da prova discursiva P₃ e da prova discursiva P₄.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 2/10/2007, após as 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcu2007.
- II 3 a 5/10/2007 — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 22/10/2007 — Resultados finais das provas objetivas e providências das provas discursivas: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 23 a 25/10/2007 — Recursos (provas discursivas): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 9/11/2007 — Resultados finais das provas discursivas e convocação para a segunda etapa do concurso: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 — TCU — ACE/TCE, de 20/7/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61-3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcu2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 100 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS (P₁)

1 Num país territorialmente gigante, em que a censura restringe o acesso à rede para milhões de usuários, a Internet tende a se tornar a ferramenta de maior integração nacional ao

4 aproximar moradores urbanos e rurais, que falam dialetos variados, mas que têm apenas um tipo de escrita. A China ganha 100 novos internautas por minuto. É o segundo país com mais

7 usuários *online* no mundo — cerca de 162 milhões —, atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA), onde há quase 200 milhões.

Jornal do Brasil, 22/7/2007, p. A25 (com adaptações).

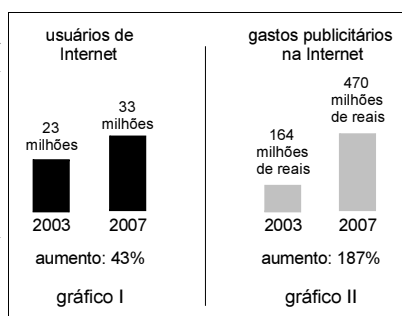
A respeito das estruturas e das idéias do texto acima, e considerando a atual fase de modernização econômica da China, que busca acompanhar a evolução tecnológica mundial em marcha, julgue os itens seguintes.

- 1 O que dificulta a aceleração do desenvolvimento chinês é a exigüidade de território para uma grande população.
- 2 Infere-se do texto que, hoje, a população urbana da China supera em muito o número de habitantes no campo.
- 3 Ao adotar o inglês como idioma oficial e como único tipo de escrita usado no país, a China conseguiu inundar o mercado mundial com seus produtos baratos.
- 4 O atual processo de desenvolvimento econômico chinês vincula-se diretamente à abertura política que tem levado o país a democratizar-se rapidamente.
- 5 O vocábulo inicial do texto, “Num” (l.1), corresponde, no padrão culto da língua, à contração entre **Nem** e **um**.
- 6 A palavra “têm” (l.5) é acentuada porque está no plural para concordar com “moradores” (l.4).
- 7 Na linha 7, preservam-se a correção gramatical e a coerência textual ao se retirarem os sinais de travessão, inserindo-se uma vírgula logo após “mundo”.

O avanço da publicidade na Internet

1 Desde 2003, os gastos em publicidade na Internet quase triplicaram no Brasil. A expansão se deve à elevação do número de usuários, das conexões em banda larga e do tempo de conexão. Por mês, os brasileiros passam, em média, 22 horas e 43 minutos na rede. Apesar do crescimento, a Internet só

13 detém 2% do mercado publicitário do país.



Veja, 4/7/2007 (com adaptações).

Considere o texto acima, composto de informações verbais e visuais, para julgar os seguintes itens.

- 8 As informações do gráfico II correspondem às informações do primeiro período sintático do texto verbal.

- 9 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical da oração ao se substituir “elevação” (l.5) por **aumento**.
- 10 O fato de os termos “do número” (l.5), “das conexões” (l.6) e “do tempo” (l.7) iniciarem-se com a mesma preposição indica que esses termos são complementos de “elevação” (l.5).
- 11 Respeita as regras gramaticais e a coerência das informações entre o gráfico I e o texto verbal a seguinte afirmação: Os 43% dos usuários de banda larga detêm os maiores gastos publicitários no período de 2003 à 2007.

1 Os catastrofistas avisam: acabou a era da comida barata. O *boom* dos biocombustíveis e o enriquecimento dos chineses estão por trás do mais recente bicho-papão dos economistas, a *agflação*, termo que descreve a inflação de produtos agrícolas. Historicamente, a tendência dos preços dos alimentos é de queda, por causa dos ganhos em produtividade provenientes de avanços tecnológicos. Porém, o aumento da demanda por grãos para produzir biocombustíveis e o crescimento do consumo de proteínas na China podem ter acabado com essa fase de pechinchas. Os preços dos alimentos estão subindo em ritmo preocupante na Europa, na China, na Índia e nos EUA.

O Estado de S.Paulo, 1/7/2007, p. B21 (com adaptações).

Com referência às idéias e às estruturas do texto acima, e considerando a amplitude do tema por ele abordado, julgue os itens de 12 a 20.

- 12 Pelos sentidos da oração em que ocorre, o conectivo “por causa dos” (l.7) admite a substituição por **devido aos**, sem que seja prejudicada a coerência textual ou a correção gramatical.
- 13 Na linha 11, o uso da flexão de plural em “podem” é obrigatório para que seja mantida a concordância com “proteínas”.
- 14 Por manter a vinculação sintática entre os termos da oração, a retirada de “nos” (l.13) provocaria erro gramatical e incoerência textual, por ser obrigatório na vinculação sintática entre os termos da enumeração.
- 15 O avanço do conhecimento científico, tão característico dos tempos atuais, barateia os produtos industriais, mas encarece a produção de alimentos oriunda do campo.
- 16 O aumento do consumo de alimentos pelos chineses amplia a demanda por esses produtos no mercado mundial, o que impulsiona a elevação de seus preços.
- 17 Por dominar a tecnologia de produção de biocombustíveis a partir da cana-de-açúcar, o Brasil busca ampliar sua presença no competitivo mercado global.

- 18** Uma das críticas que se faz aos biocombustíveis é o estímulo à monocultura, o que reduziria a área destinada à produção de alimentos.
- 19** Segundo o texto, a alta dos preços dos alimentos envolve tanto regiões e países reconhecidamente ricos quanto os denominados emergentes.
- 20** Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado no setor do agronegócio, com uso intensivo de modernas tecnologias e significativo peso na pauta de exportações do país.

Julgue os itens a seguir, acerca do papel constitucional do Tribunal de Contas da União (TCU).

- 21** O TCU deve auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo e da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.
- 22** Os ministros do TCU, por integrarem o Poder Judiciário, detêm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- 23** O TCU pode, no exercício de suas atribuições, apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- 24** A Constituição Federal estabelece que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o TCU.
- 25** Qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária está obrigada constitucionalmente a prestar contas ao TCU.

Acerca dos direitos sociais, julgue os itens subseqüentes.

- 26** Os direitos sociais, de estatura constitucional, correspondem aos chamados direitos de segunda geração. Entre esses direitos, incluem-se a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- 27** Em capítulo próprio da Constituição Federal, é apresentado o rol de todos os direitos sociais a serem considerados no texto constitucional.

Julgue os próximos itens, a respeito dos fundamentos, objetivos e princípios da Constituição Federal de 1988.

- 28** O pluralismo político que fundamenta a República Federativa do Brasil é conceito relacionado exclusivamente ao pluralismo partidário.
- 29** O princípio da dignidade da pessoa humana, por ser uma proposição geral, de caráter fluido, carece de densidade normativa apta a ensejar a possibilidade de sua utilização como fundamento de decisão judicial.
- 30** Um dos preceitos constitucionais estabelece que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos das Américas do Sul, Central e do Norte, visando à formação de uma comunidade de nações americanas.

Julgue os itens a seguir, acerca da natureza, da competência e da jurisdição do TCU.



- 31** Entre as atribuições do TCU, destaca-se o julgamento das contas prestadas pelos administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, que demonstrem prejuízo ao erário. Conforme o entendimento doutrinário e jurisprudencial, essas decisões vinculam a administração pública.
- 32** É competência do TCU apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, bem como fiscalizar a aplicação dos recursos tributários correspondentes ao fundo de participação dos estados, arrecadados pela União e transferidos aos demais entes da Federação, incluindo-se os territórios. Além disso, se a entidade fiscalizada não possuir sistema de controle interno, o TCU poderá bloquear as parcelas desses recursos e suspender a transferência de quaisquer outros recursos federais, sem comunicar o fato ao Congresso Nacional.
- 33** Considere que determinado gestor de receitas públicas, após o devido processo legal, tenha sido condenado pelo TCU a ressarcir o erário. Considere ainda que, na condenação, o tribunal tenha declarado expressamente o agente responsável e o valor a ser devolvido à União. Nesse caso, a competência para executar a decisão do tribunal é da Advocacia-Geral da União, que deverá observar os prazos de cobrança previstos na lei, sob pena de prescrição para atos ilícitos praticados por agente ou servidor público.
- 34** Considere que uma lei federal dispense concurso público para o provimento do cargo de consultor legislativo do Senado. Nesse caso, quando o TCU for apreciar essas nomeações, deixará de aplicar a lei, julgando com fundamento na Constituição Federal. Esse controle feito pelo tribunal é denominado controle abstrato da constitucionalidade.
- 35** Considere que determinada organização civil de interesse público, que atua na área de defesa e conservação do meio ambiente, tenha sido contratada pela administração pública federal, por meio de termo de parceria. Nessa situação, mesmo sendo pessoa jurídica de direito privado, essa organização civil está sujeita à jurisdição do TCU.


Julgue os itens seguintes quanto à organização e ao funcionamento do TCU.

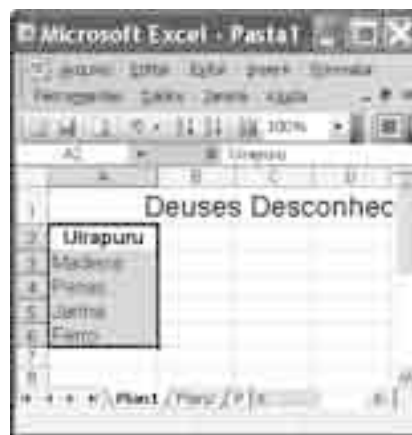
- 36 O auditor do TCU, quando em substituição a ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos daquele, mas não poderá pedir vista de processos.
- 37 Nas votações da sessão de plenário, as sugestões de alteração da minuta de acórdão poderão ser feitas até a leitura de sua redação final.
- 38 O TCU tem atribuições de natureza administrativa; porém, quando julga as contas dos gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos, exerce sua natureza judicante. Mesmo assim, não há consenso na doutrina quanto à natureza do tribunal.
- 39 O TCU apreciará as contas prestadas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, consolidadas às contas dos respectivos tribunais, mediante parecer prévio, ao qual caberá recurso, inclusive patrimonial, quanto à adequação.
- 40 Considere que o TCU, ao examinar a legalidade de determinado ato de concessão de aposentadoria, o tenha anulado por ilegalidade. Nessa situação, competirá ao órgão de origem do beneficiário a interrupção do pagamento dos proventos, não cabendo ao beneficiário o direito ao contraditório e à ampla defesa.



A figura acima mostra uma janela do Word 2003, que contém um documento em elaboração, com informações extraídas do sítio www.tcu.gov.br. Considerando essa figura, julgue os itens que se seguem.

- 41 O botão  permite iniciar funcionalidade que pode auxiliar na busca por erros de grafia existentes no documento em edição.
- 42 Na situação da janela mostrada, ao se alterar o número 100%, em 100% , para 200%, o tamanho da fonte usada na palavra “Jarina”, que está selecionada no documento, irá aumentar de 12 para 24.

- 43 É correto afirmar que o documento em edição na janela mostrada contém uma tabela com uma linha e duas colunas e, que por meio do botão , será disponibilizada ferramenta que permite inserir uma linha nessa tabela.
- 44 No menu **Arquivo**, encontra-se opção que permite enviar o documento em elaboração para o PowerPoint 2003, de forma que um *slide* nesse aplicativo tenha a forma mostrada na figura a seguir. Nesse caso, qualquer alteração realizada no documento Word será automaticamente atualizada no *slide* do PowerPoint.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Excel 2003 com uma planilha em elaboração, julgue o próximo item.

- 45 Na situação da planilha mostrada, é possível criar uma lista associada às células selecionadas por meio de opção disponibilizada no menu **Dados**, de modo que o resultado seja como o ilustrado na figura a seguir, em que a célula A2 foi definida como cabeçalho da lista criada.






Figura I



Figura II

Considere que a janela do Windows XP ilustrada na figura I acima esteja em execução em um computador do tipo PC. Considere, ainda, que nesse computador esteja em execução uma sessão de uso do Internet Explorer 6 (IE6) e que o conteúdo presente na área de páginas desse *browser* seja o mostrado na figura II. A partir dessas informações, julgue os seguintes itens acerca de conceitos e tecnologias relacionados à Internet e ao Windows XP.

- 46 As informações acima apresentadas são suficientes para se concluir que, no acesso à Internet na sessão de uso do IE6 referida, está-se utilizando tecnologia *wireless*. Esse tipo de tecnologia permite que, por meio de equipamento denominado *access point*, que pode estar conectado a um ponto de acesso ADSL, páginas *web* sejam acessadas sem o uso de placa de rede *ethernet* instalada no computador.
- 47 As informações apresentadas na figura I são suficientes para se concluir que o referido computador está utilizando tecnologias de *firewall* e de criptografia no acesso à Internet na sessão de uso do IE6 mencionada. Essas duas tecnologias, em conjunto com *software* antivírus de computador, são ferramentas relacionadas à segurança da informação no acesso à Internet, permitindo-se realizar, no conjunto, controle do fluxo de dados, codificação criptográfica desses dados e controle de infecção por vírus de computador.

48 Na situação ilustrada na figura I, ao se clicar  **criar uma nova conexão**, será iniciado procedimento de execução de uma nova sessão de uso do IE6, permitindo-se a abertura de uma nova janela desse *browser*. Adicionalmente, as informações apresentadas nessa figura são suficientes para se concluir que, nessa nova sessão de uso do IE6, o referido computador será reconhecido na rede por meio do número IP 164.41.14.65.

49 Considere que **Plenário**, mostrado na figura II, constitua um *hyperlink*, associado à página www.tcu.gov.br, que permita o *download* de arquivos no formato PDF relacionados a atas de sessões do TCU. Nesse caso, ao se utilizar esse serviço de rede, é possível, além de abrir esses arquivos para visualização na tela do computador, sem armazená-los em mídia, armazenar os arquivos carregados tanto no disco rígido do computador quanto em outras mídias, tais como *compact-disc*, *pendrive* ou até mesmo disquete, caso as capacidades dessas mídias sejam compatíveis com o tamanho dos arquivos.

50 O IE6 disponibiliza ferramenta *anti-spam* que, caso seja ativada, protege mensagens de correio eletrônico enviadas a partir desse *browser* contra diversos tipos de *malware*. Porém, as informações apresentadas na figura II não são suficientes para se concluir que a referida ferramenta do IE6 esteja ativada na referida sessão de uso do aplicativo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P₂)

DP/123-07

São Paulo, 4 de março de 2007

Digníssimo Senhor Diretor Regional do Ministério do Trabalho e Emprego,

Em resposta ao ofício DRT/SP 26/07, datado de 27 de fevereiro próximo passado, encaminhamos à Vossa Excelência, em anexo, a cópia da informação da Divisão de Pessoal, de que dispõe sobre a distribuição dos referidos servidores.

Com os meus maiores respeitos e consideração,

José José José
José José José
Diretor-geral

Com base na normatização de redação de documentos oficiais, e tomando como exemplo o modelo de ofício acima, julgue os itens a seguir, a respeito da redação de correspondência oficial.

- 51 Para atender às normas do padrão ofício, a data deve ser deslocada para a direita da primeira linha, a par da identificação do documento.
- 52 Para se respeitar o padrão de gentileza necessário ao documento, no vocativo, o destinatário deveria ter sido identificado pelo nome próprio, logo abaixo do cargo.
- 53 A justificativa do motivo da comunicação, “Em resposta (...) passado”, é supérflua na redação de um documento dessa natureza — especialmente se for uma exposição de motivos — e deve ser eliminada para que sejam alcançadas a objetividade e a concisão desejáveis ao documento.
- 54 O tratamento de “Vossa Excelência” é exigido no corpo do documento porque está compatível com o tratamento de “Digníssimo”, dado ao diretor, e os dois termos respeitam o uso no padrão ofício.
- 55 Para que as regras de ortografia pertinentes ao padrão-ofício sejam respeitadas, apenas “Digníssimo”, iniciando o vocativo, deve ser grafado com inicial maiúscula. Os demais substantivos devem iniciar por letras minúsculas.
- 56 Para respeitar as regras gramaticais do padrão de língua exigido em documentos oficiais, será obrigatório substituir o termo “em anexo” por **anexa**.
- 57 Para que as regras gramaticais da norma culta, necessárias a esse padrão de documentos, sejam respeitadas, a preposição “de” deve ser retirada do termo “de que dispõe”.
- 58 Por causa da continuidade do texto, integrando o fecho ao corpo do documento, o ponto final depois de “servidores” deve ser substituído por vírgula ou ponto-e-vírgula.
- 59 No fecho de um ofício ou memorando entre autoridades de mesma hierarquia, como é o caso de diretores, recomenda-se substituir “Com os meus maiores respeitos e consideração” por **Atenciosamente**.
- 60 Apesar de a assinatura já identificar o signatário, na redação de documentos oficiais, como um ofício ou um memorando, são obrigatórios também o nome e o cargo do signatário, como se verifica no exemplo.

Julgue os itens a seguir, acerca da organização administrativa da União.

- 61 Na organização administrativa da União, o ente político é a pessoa jurídica de direito público interno, ao passo que os entes administrativos recebem atribuição da própria Constituição para legislar, tendo plena autonomia para exercer essa função.
- 62 A administração direta é o conjunto de órgãos que integram a União e exercem seus poderes e competências de modo centralizado, ao passo que a administração indireta é formada pelo conjunto de pessoas administrativas, como autarquias e empresas públicas, que exercem suas atividades de forma descentralizada.
- 63 As entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado, não-integrantes da administração direta ou indireta, colaboram para o desempenho do Estado nas atividades de interesse público, de natureza não-lucrativa.
- 64 Para a criação de uma autarquia, é exigido o registro do seu estatuto em cartório competente.
- 65 As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 66 Os atos administrativos estão completamente dissociados dos atos jurídicos, pois os primeiros referem-se sempre à atuação de agentes públicos, ao passo que os segundos abrangem também os atos praticados por particulares.
- 67 O excesso de poder, uma das modalidades de abuso de poder, configura-se quando um agente público pratica determinado ato alheio à sua competência.
- 68 A finalidade dos atos administrativos é sempre um elemento vinculado, pois o fim desejado por qualquer ato administrativo é o interesse público.
- 69 Em regra, os atos administrativos são informais, o que atende à demanda social de desburocratização da administração pública.
- 70 Motivo e motivação dos atos administrativos são conceitos coincidentes e significam a situação de fato e de direito que serve de fundamento para a prática do ato administrativo.
- 71 A teoria dos motivos determinantes cria para o administrador a necessária vinculação entre os motivos invocados para a prática de um ato administrativo e a sua validade jurídica.

A respeito das licitações públicas, julgue os itens que seguem.

- 72** O estudo das licitações deve ter por base a Lei n.º 8.666/1993, a qual estabelece, minuciosamente, as normas sobre licitações e contratos da administração pública.
- 73** As normas gerais acerca de licitação e contratação pública podem ser estabelecidas por meio de ato legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de acordo com o âmbito de aplicação dessas normas.
- 74** O conceito de licitação pública remete à idéia de disputa isonômica entre as partes concorrentes ao fim da qual deve ser selecionada a proposta mais vantajosa para a administração pública, com vistas à celebração de um contrato administrativo.
- 75** Os princípios referentes às licitações públicas devem estar obrigatoriamente expressos em texto constitucional ou legal, em obediência ao princípio da publicidade, que rege todos os procedimentos licitatórios.
- 76** O fato de o edital licitatório prever a preferência de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, no caso de desempate, é oposto ao princípio da igualdade entre os licitantes.

No que concerne aos servidores públicos e ao tratamento constitucional e legal dado a esses servidores, julgue os próximos itens.

- 77** Em decorrência do princípio da organização legal do serviço público, somente por meio de lei podem ser criados cargos, empregos e funções públicas.
- 78** A norma constitucional que concede aos servidores públicos civis o direito de greve é uma norma de eficácia limitada.
- 79** Apesar de os servidores públicos civis federais estarem organizados em estrutura hierarquizada na administração pública, não há a obrigação, por parte desses servidores, de dar cumprimento a ordem manifestamente ilegal, assim como não há a obrigação de representar contra seu superior no caso em que a ordem configure ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- 80** A administração pública pode, após regular processo administrativo disciplinar, converter a penalidade de suspensão aplicada a servidor público em multa, quando isso for conveniente ao serviço público. Nesse caso, o ato praticado pela administração é discricionário.

Julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

- 81** A administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, finalidade, razoabilidade, moralidade e eficiência, entre outros.
- 82** Em obediência ao princípio da publicidade, é obrigatória a divulgação oficial dos atos administrativos, sem qualquer ressalva de hipóteses.

83 Pedidos de vários interessados com conteúdo e fundamentos idênticos devem ser formulados em requerimentos separados, com vistas à maior agilidade dos processos administrativos e à diminuição dos seus volumes.

84 Os atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos não podem ser delegados.

85 Os atos do processo administrativo devem ser produzidos por escrito, com a assinatura da autoridade que os pratica. Essa assinatura deve ser submetida ao reconhecimento de firma, afastando-se qualquer dúvida sobre a sua autenticidade.

São operações descentralizadoras de crédito orçamentário o destaque e a provisão. Acerca do destaque, julgue o item abaixo.

86 Consiste na movimentação de créditos orçamentários em que a unidade orçamentária detentora de um crédito descentraliza em favor de outra unidade orçamentária ou administrativa do próprio órgão o poder de utilizar esse crédito ou parte dele.

A licitação é um procedimento administrativo formal que objetiva a aquisição, a venda ou a prestação de serviços de forma mais vantajosa para a administração pública. Acerca da escolha da modalidade de licitação, julgue o item subsequente.

87 A escolha entre concorrência, tomada de preços e convite é determinada pelo valor estimado da contratação, existindo limites para obras e serviços de engenharia e para compra e serviços em cada uma das três modalidades.

Publicada a Lei Orçamentária Anual, e observadas as normas de execução orçamentária e de programação financeira para o exercício, as unidades orçamentárias estarão em condições de utilizar seus créditos, tendo em vista a realização ou a execução da despesa. Relativamente a esse assunto, julgue o item que se segue.

88 A despesa pública é executada em três estágios: empenho, liquidação e pagamento. A liquidação é uma garantia dada ao credor de que os valores contratados têm respaldo orçamentário.

A Guia de Recolhimento da União (GRU) será, obrigatoriamente, o documento utilizado pelas unidades do governo federal para a arrecadação de suas receitas, via rede bancária ou diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), quando o recolhedor for uma unidade gestora. Com relação aos aspectos operacionais da GRU, julgue os próximos itens.

89 As informações para o preenchimento e o pagamento da GRU cabem ao órgão responsável pela arrecadação de cada receita.

90 Deverão ser recolhidas mediante GRU as receitas do Instituto Nacional do Seguro Social e as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

A administração pública prevê, em determinadas situações, a utilização de uma sistemática especial, denominada suprimento de fundos, para realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processo normal da execução orçamentária. Quanto à concessão do suprimento de fundos, julgue o item seguinte.

91 É permitida a concessão de suprimento de fundos a servidor que seja declarado em alcance ou esteja respondendo a processo administrativo, desde que o objeto do inquérito não esteja relacionado à concessão de suprimentos de fundos anteriores.

De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro. Acerca do pagamento de despesa de restos a pagar cuja inscrição tenha sido cancelada, julgue o item que se segue.

92 O pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

Despesas de exercícios anteriores são resultantes de compromissos gerados em exercícios anteriores àqueles em que devam ocorrer os pagamentos e que não estejam inscritos em restos a pagar. Relativamente à validade dos valores registrados como despesas de exercícios anteriores, julgue o item a seguir.

93 Os valores registrados como despesas de exercícios anteriores terão validade até o encerramento do ano subsequente e, após essa data, os saldos remanescentes serão automaticamente cancelados, permanecendo em vigor, no entanto, o direito do credor por cinco anos.

Os órgãos da administração federal direta, as autarquias, as fundações federais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista que estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no SIAFI reterão, na fonte, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras. Quanto às retenções, julgue o item abaixo.

94 As retenções deverão ser efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura.

O SIAFI apresenta uma série de métodos e procedimentos para disciplinar o acesso e assegurar a manutenção da integridade dos dados e do próprio sistema. Essa proteção se dá contra utilizações indevidas ou desautorizadas e contra eventuais danos que possam ser causados aos dados. Acerca da integridade e fidedignidade dos dados inseridos no SIAFI, julgue o item seguinte.

95 A alteração de um documento registrado no SIAFI é permitida mediante a identificação do CPF, da hora e do nome do autor da operação.

Para utilizar o SIAFI, é necessário que seja realizada alguma forma de conexão ao sistema e que o usuário esteja devidamente cadastrado e habilitado no SIAFI e de posse da sua senha pessoal e intransferível. O registro de documentos e as consultas ao SIAFI somente serão autorizados após prévio cadastramento e habilitação dos usuários. A respeito desse cadastramento, julgue o item subsequente.

96 Cada órgão da administração direta do governo federal deverá indicar formalmente à Secretaria do Tesouro Nacional um servidor e seu substituto para serem responsáveis pelo processo de cadastramento dos usuários do SIAFI no âmbito do respectivo órgão.

Segundo a Lei n.º 4.320/1964, são créditos adicionais as autorizações de despesa não-computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, classificadas como créditos suplementares, créditos especiais e créditos extraordinários. Com relação à abertura do crédito extraordinário, julgue o próximo item.

97 Como nos demais créditos especiais, o crédito extraordinário depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, que deverá ser precedida de exposição com justificativa.

Segundo o disposto na Lei n.º 4.320/1964, as alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial. Relativamente aos resultados gerais do exercício, julgue o item subsequente.

98 Os resultados gerais do exercício deverão ser demonstrados no balanço orçamentário, no balanço financeiro, no balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais.

Conforme o disposto na Lei n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, o anexo de metas fiscais e o anexo de riscos fiscais comporão a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Acerca do papel do anexo de riscos fiscais, julgue o item a seguir.

99 No anexo de riscos fiscais, serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, e informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Segundo o disposto na LRF, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO. Com relação a esse assunto, julgue o item seguinte.

100 Poderão ser objeto de limitação de empenho as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, desde que essa limitação esteja prevista na LDO.

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DAS PROVAS DISCURSIVAS**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Nesta prova, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **dez** linhas será desconsiderado.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da página correspondente à capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Entre os atos da administração pública relativos à despesa, estão aqueles relacionados com a investidura em cargo ou emprego público, sobre o que a Constituição atribuiu competência específica ao Tribunal de Contas da União (TCU). Disserte, de forma sucinta, acerca dessa competência do TCU definida pela Constituição quanto aos atos de admissão de pessoal, enfocando, necessariamente, os seguintes questionamentos:

- ▶ Que atos estão subordinados à função fiscalizatória do TCU relativamente à admissão de pessoal?
- ▶ Qual a abrangência da atuação do TCU, no que tange aos órgãos da Administração direta e indireta federal, nos provimentos de cargos efetivos e em comissão?
- ▶ Há possibilidade da apreciação do ato de admissão de pessoal pela administração e pelo Poder Judiciário?

Rascunho — Questão 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

PROVA DISCURSIVA P₄

- Nesta prova — que vale **trinta** pontos, sendo **dez** pontos para a questão e **vinte** pontos para a redação —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DAS PROVAS DISCURSIVAS**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Respeite os limites máximos de **dez** linhas para a questão e de **trinta** linhas para a redação, pois quaisquer fragmentos de texto além desses limites serão desconsiderados.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da página correspondente à capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 2

Em um texto dissertativo, conceitue e diferencie a anulação e a revogação dos atos administrativos.

Rascunho – Questão 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Dada a necessidade de o governo federal buscar uma forma para controlar e otimizar a programação financeira de suas entidades, bem como oferecer informações de padrão mais analítico e gerencial, foi criado o Subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR) no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A utilização do CPR pelo governo federal é importante para o ajuste do ritmo de execução do orçamento ao fluxo provável de recursos financeiros, a fim de que seja assegurada a execução dos programas anuais de trabalho.

Considerando o texto acima apresentado e com base nas diretrizes e regras estabelecidas pela legislação vigente, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

**PAPEL E VANTAGENS DO SUBSISTEMA DE
CONTAS A PAGAR E A RECEBER**

Rascunho – Redação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	